

A COMPETITIVIDADE EM TERRITÓRIOS DE FRONTEIRA: UMA ANÁLISE EVOLUTIVA À RAIA CENTRAL IBÉRICA

COMPETITIVENESS IN CROSS-BORDER TERRITORIES: AN EVOLUTIONARY ANALYSIS OF RAIA CENTRAL IBÉRICA

COMPETITIVIDAD EN LOS TERRITORIOS DE FRONTERA: UN ANÁLISIS EVOLUTIVO DE RAYA CENTRAL IBÉRICA

Maria Manuela Santos Natário (m.natario@ipg.pt)*

RESUMO:

A criação do Mercado Único e a consolidação do processo de integração na União Europeia (U.E.) levou à abolição das fronteiras dos Estados Membros, que funcionavam como entrave à livre circulação de pessoas, bens e serviços e capital. Pretendia-se, assim, promover o desenvolvimento das relações com os países vizinhos, reforçar a posição das regiões e consequentemente fomentar a competitividade. Tendo em conta o desejado processo de convergência das regiões no âmbito da U.E. e o quadro teórico relativamente à competitividade, pretende-se neste trabalho analisar se a abertura de fronteiras trouxe ou não ganhos de competitividade para as regiões de fronteira de Portugal e Espanha, bem como se houve redução ou agravamento das assimetrias destas regiões face aos seus países. Decorrente desta hipótese, podemos estudar quais as regiões que ganharam/perderam competitividade com a abertura das fronteiras. O estudo incide sobre as regiões da raia fronteiriça de Portugal e Espanha Raia Central Ibérica de Portugal, que engloba um território composto pelas 5 NUT III fronteiriças, para o período 1988-2007.

Palavras Chave: Competitividade, Territórios, Regiões de Fronteira, Ganhos de Competitividade.

ABSTRACT:

The creation of the Single Market and the consolidation of the integration process in the European Union (EU) led to the abolition of the borders of the Member States which functioned as an obstacle to free

movement of persons, goods and services and capital. The idea was to promote the development of relations with neighbouring countries, strengthen the position of regions and thus increase competitiveness. Thus, this paper aims to examine whether the opening of borders has or hasn't brought gains in competitiveness for the border regions of Portugal and Spain. It is intended to verify whether there was a reduction or worsening of asymmetries in these regions compared to their countries. Resulting from this hypothesis we can study the regions which gained / lost competitiveness with open borders. The study focuses on the central lane border regions of Portugal and Spain: *Raia Central Ibérica*, which covers a territory composed of the five NUTS III at the border, during the period 1988-2007.

Keywords: Competitiveness, Territories, Cross-Border Regions, Gains of Competitiveness.

RESUMEN:

La creación del mercado único y la consolidación del proceso de integración en la Unión Europea (UE) llevaron a la abolición de las fronteras de los Estados miembros que funcionaba como un obstáculo para la libre circulación de personas, bienes y servicios y capitales. La idea era promover el desarrollo de las relaciones con los países vecinos, fortalecer la posición de las regiones e impulsar así la competitividad. Teniendo en cuenta la convergencia deseada de las regiones en la UE y el marco teórico en relación con la competitividad, este documento tiene por objeto examinar si la apertura de fronteras ha traído consigo aumento de la competitividad de las regiones fronterizas de Portugal y España. El propósito es saber si hubo una reducción o empeoramiento de las asimetrías en estas regiones en comparación con sus países. Como resultado de esta hipótesis podemos estudiar las regiones que ganan / pierden competitividad con la apertura de las fronteras. El estudio se centra en las regiones fronterizas de Portugal y España: Raia Centro Ibérica, que abarca un territorio formado por los cinco NUTS III, para el período 1988-2007.

Palabras clave: Competitividad, territorios, regiones fronterizas, las ganancias de competitividad.

* Professora Adjunta. Instituto Politécnico da Guarda - Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Departamento de Gestão e Economia. Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior. Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, 50, 6300 Guarda – Portugal .Tel. +351 271 120 – Fax +351 271220150

1. INTRODUÇÃO

As constantes mudanças ocorridas com a globalização colocam novos desafios às nações, às regiões e às empresas para obterem e/ou se manterem competitivas regionalmente ou internacionalmente. A globalização fomentou o aumento das relações entre os países mas simultaneamente é responsável pelo crescimento económico desigual tornando evidente o agravamento das desigualdades territoriais. Para reduzir as assimetrias regionais é fundamental que os territórios melhorem a sua competitividade e estimulem o empreendedorismo e a inovação, e um sistema de governância territorial que seja eficiente, económico e eficaz.

O fenómeno da globalização tem vindo a gerar um quadro concorrencial crescente, onde a competitividade tem vindo a impor-se, de forma mais acentuada ou mais leve, a todas as empresas, a todos os espaços de localização das actividades económicas e a todos os territórios. Este processo desenvolveu-se, segundo Ferreira (2007) por duas vias:

- Através do nivelamento dos preços dos bens, matérias-primas, bens intermédios e bens ou serviços acabados – competitividade pelos custos – deixando uma maior dispersão do custo do capital e dos níveis salariais;

- Através da propagação de novas formas de organização da produção e gestão empresarial, traduzida na expansão e segmentação da gama de produtos e serviços, na redução do tempo de resposta às necessidades dos mercados e na expansão acelerada de redes de comercialização – competitividade pelo valor criado.

A articulação entre a competitividade e a globalização é decisiva para identificar as insuficiências, ambiguidades e imprecisões envolvidas nas múltiplas utilizações da noção de competitividade. A abordagem da competitividade, neste contexto, conduz à concepção da concorrência como competição num contexto de médio e longo prazo e não só meramente pontual ou de curto prazo. Deste modo, a competitividade envolve, um elemento dinâmico de comparação entre as performances de empresas, regiões ou países que passam a disputar recursos e fluxos com valor económico (Ferreira, 2007).

Face ao exposto, constata-se que a competitividade se tornou uma preocupação central dos países e desenvolvidos da economia mundial, cada vez mais aberta e integrada. Na União Europeia (UE), com o processo de integração e de alargamento e com a abertura das

fronteiras, coexistem realidades supranacionais e regionais e as regiões para sobreviverem tem de enfrentar a competitividade internacional, mas também a supranacional, a nacional e regional. Neste cenário é exigido às regiões um esforço paralelo ao exigido ao nível nacional. A região é competitiva se, exposta à concorrência (internacional, nacional e regional), tem capacidade de gerar rendimentos de factores, riqueza, com eficiência económica, produtiva, social, empresarial e financeira, atrair e fixar quadros técnicos, população jovem e investimento, de criar emprego e de garantir às suas populações um nível de bem-estar de qualidade, respeitando a qualidade ambiental, paisagística, histórica, patrimonial, cultural e da natureza (Natário, 2004).

Relativamente às regiões transfronteiriças, a abolição de fronteiras, a desejada convergência dos países membros, bem como das suas regiões, com conseqüente incremento das relações e da cooperação entre essas regiões, requeria uma nova dinâmica económica e social que, em particular, reduzisse as assimetrias regionais e fomentasse a sua competitividade. Com efeito, durante anos as regiões de fronteira foram marginalizadas pelos respectivos governos centrais, colocando-as em situação desfavorável relativamente aos seus respectivos países. Tendo em conta estes objectivos da UE e dos diferentes governos dos estados membros, ter-se-á desencadeado uma nova dinâmica com convergência das regiões e melhorado a competitividade das regiões de fronteira ou pelo contrário registou-se um agravamento das assimetrias e da sua situação de periferia?

Tendo em conta estas observações e o quadro teórico relativamente à competitividade, pretende-se analisar se a abertura das fronteiras trouxe ganhos de competitividade nas regiões de fronteira, em particular na Raia Central Ibérica. O objectivo deste trabalho é, assim, verificar se houve convergência destas sub-regiões para a média dos respectivos países, com reforço da inovação e crescimento harmonioso dos espaços, em particular destes espaços transfronteiriços e, por fim, analisar quais as sub-regiões/sectores ganhadoras e quais as perdedoras desta região transfronteiriça. O estudo incide sobre as regiões da raia fronteira de Portugal e Espanha Raia Central Ibérica de Portugal que engloba um território composto pelas 5 NUT III (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) fronteiriças, para o período 1988-2007.

Simultaneamente, apesar da sua indiscutível importância, constata-se que o conceito de competitividade é muitas vezes compreendido e utilizado em contextos diferentes. Deste modo, o presente trabalho tem, também, por finalidade contribuir para a

clarificação do conceito de competitividade numa perspectiva territorial, pretendendo mostrar o seu relacionamento directo com o padrão de vida de um país e/ou região.

Para alcançar estes objectivos, o presente trabalho encontra-se estruturado em cinco pontos. Após a introdução, no ponto 2 efectua-se uma breve revisão bibliográfica relativa à competitividade numa perspectiva territorial. No ponto 3, apresentam-se os indicadores para analisar os ganhos de competitividade das regiões com a abertura de fronteiras. No ponto 4, apresentam-se a metodologia e os resultados de análise. Finalmente, apresentam-se as considerações finais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Embora a questão da competitividade tenha atraído, nos últimos anos, muitas atenções e tenha sido objecto de vários estudos, estes têm incidido essencialmente sobre as empresas e sobre os países, em prejuízo das regiões. Apesar de muitos autores terem tentado dar uma definição do conceito de competitividade, Porter (1990: xi) reconhece que não existe uma definição clara do conceito: “para as empresas, competitividade significava a capacidade de competir em mercados mundiais com uma estratégia global”. Em termos de competitividade nacional “a competitividade significava que a nação tinha uma balança comercial positiva” (Porter, 1990: 3). Se em termos empresariais o conceito de competitividade é um termo com algum consenso na sua definição, Porter (1990:3) conclui que “está longe de ser claro o que significa o termo competitivo quando se refere a uma nação”. Pelo que se acaba de expor, uma das principais dificuldades na utilização do conceito de competitividade reside na forma como se trata este conceito: em termos de concorrência entre empresas ou da competição entre países ou regiões.

As maiores análises à competitividade devem-se a Porter (1990,1998), OCDE (1996, 1997a, 1997b), Comissão das Comunidades Europeias (1993), Jacquemin e Pench (eds) (1997) e os vários relatórios do World Economic Forum (WEF) e do Institute for Management Development (IMD). Em Portugal¹, salientam-se os

¹ Para Portugal, a Magna Carta da Competitividade (AIP, 2003, 2006, 2007, 2008, 2009,2010) permite-nos retirar ilações sobre a competitividade da economia portuguesa, apresentando uma análise comparada com os países da Comunidade em termos de

estudos de Porter (1994), Rodrigues (1994), Mateus et al. (1995, 2000), Mateus (2005), Fórum para a Competitividade (1995), Lopes (2001), Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (DGDR) (2000), Leitão et al. (2008) e os estudos da Associação Industrial Portuguesa (AIP), entre outros.

A competitividade, numa apreciação baseada no senso comum, é associada de imediato a concorrência ou à capacidade de uma empresa, um sector, uma região ou um país, competir com outros agentes similares. Todavia, a sua definição engloba outras dimensões. Além disso, registou-se um alargamento do conceito do nível empresarial, mais micro, para o nível mais macro dos países e das regiões (Annoni e Kozovska, 2010) e também a entidades supranacionais (OCDE, 1996).

O termo competitividade pode ser utilizado para empresas, regiões, nações e tem vindo a evoluir para abarcar as mudanças que se registaram ao longo dos tempos, sendo possível encontrar várias perspectivas de análise. O conceito está relacionado com a definição de objetivos, sob o ponto de vista empresarial ou nacional. Se para uma empresa o objectivo é sobreviver, ter sucesso no mercado internacional, obtendo lucros a aumentar quota de mercado, para uma nação o principal objectivo não tem propriamente a ver com a sua própria sobrevivência, mas antes com a qualidade de vida e o bem-estar social que é capaz de proporcionar (OCDE, 1996).

Segundo Dionízio (2000:38), competitividade é a “capacidade de produzir bens e serviços que satisfazem as necessidades dos mercados internacionais, enquanto que, ao mesmo tempo, mantém níveis elevados e sustentáveis de rendimento.” Nota-se nesta perspectiva a influência da globalização, uma vez que as necessidades apontadas são em função dos mercados internacionais. A sua conquista terá repercussões em termos de rendimento a nível interno. Mateus (2005) partilha da mesma opinião uma vez que a instalação da competitividade como referencial, quer das políticas públicas quer das práticas empresariais, é indissociável da integração económica mundial conhecida como “globalização”, gerando-se assim um quadro

indicadores de input e de output. Relativamente às regiões portuguesas, o estudo da DGDR (2000) e de Mateus, Madruga e Rodrigues (2000) dá-nos a conhecer a competitividade territorial das regiões do Continente: Região Centro, Região Norte, Região de Lisboa e Vale do Tejo, Região do Alentejo e Região do Algarve, apresentando ainda a desagregação ao nível NUTs III.

crescentemente concorrencial, acentuando desta forma a tónica na concorrência cada vez mais presente entre economias.

Um aspeto comum às diversas definições assenta no facto de que a competitividade é uma capacidade, que deve trazer valor acrescentado para os agentes de forma sustentada. De facto, o conceito está relacionado com a “capacidade sustentada das empresas satisfazerem as necessidades dos seus clientes, de forma mais eficiente de que os seus concorrentes, considerando os factores *price and non price*” (Simões et al., 2002:31), mas também com “a capacidade que as empresas, as indústrias, as regiões, as nações e as regiões supranacionais têm de gerar, quando expostas a concorrência internacional, níveis de rendimento e de emprego relativamente elevados” (OCDE, 1996:20). Deste modo, podemos verificar que a competitividade é um tema que preocupa não só as empresas, mas também as organizações mundiais que têm intervenção directa na análise das economias, os países e as regiões.

Apesar de serem principalmente as empresas que concorrem entre si, com o fenómeno da globalização e a necessidade de criar riqueza para a sua distribuição pelas populações essa concorrência é também característica de outros espaços. As transformações decorrentes deste fenómeno, através de processos de desregulamentação, liberalização e privatização, levaram então a fenómenos concorrenciais também entre territórios (Mateus, 2005).

À competitividade dos países e das empresas está inerente a competitividade das regiões. “Num contexto de economia aberta, cada região encontra-se face ao mercado europeu e mundial num plano semelhante àquele em que se encontrava o país antes do processo de integração europeia, isto é, numa lógica de divisão inter-regional e internacional do trabalho, mas onde faltam agora mecanismos de protecção em relação à concorrência externa.” (DGDR, 2000:20). Efectivamente, no contexto de crescente globalização e abertura das economias tem-se verificado um agravamento das desigualdades territoriais e tornou-se recorrente o debate em torno da competitividade territorial. As regiões/territórios estão cada vez mais em competição directa entre elas e não apenas entre as empresas.

O enquadramento da competitividade territorial, encaixa numa óptica de investimento público contribuindo assim para a melhoria do ambiente externo empresarial, actuando nos espaços valorizando dinamicamente a competitividade das empresas. Esta ligação entre competitividade territorial-competitividade empresarial leva-nos ao conceito de externalidade produtiva, pelo benefício de um investimento

público, aproveitando o potencial das infra-estruturas produtivas, diferenciando-as consoante se implantem em territórios densos, dinâmicos e plenos de pujança empresarial (Dionízio, 2000).

Nesta perspectiva, a competitividade é frequentemente encarada como um indicador chave de sucesso ou insucesso das políticas aplicadas em determinado território ou região. Todavia, se aplicado a empresas este conceito é relativamente simples, quando aplicado a regiões/territórios é mais difícil de definir e principalmente de medir. Efectivamente, uma região predominantemente agrícola não pode competir directamente com uma região industrial, sendo problemático medir a sua competitividade relativa. Além disso, existem benefícios mútuos a ser alcançados quando determinadas regiões individuais se tornam mais competitivas.

Com efeito, vivemos numa era revolucionada pelas TIC's, onde predominam os mercados globais mas também cada vez mais os locais e onde coexistem realidades supranacionais e regionais. Neste cenário, a competitividade de base territorial torna-se mais indefinida e menos identificável, expandindo-se para além das fronteiras do próprio território (que pode ser nacional, regional ou local). Além disso, exige a adaptação do quadro conceptual, o desenvolvimento de novas metodologias de avaliação dos níveis e trajectórias de competitividade dos territórios e o conhecimento dos factores de competitividade, como nos apresenta Mateus et al. (2000).

Assim, a competitividade territorial é entendida, para a OCDE (1996), Mateus et al. (2000), Lopes (2001), Wilson (2008), Bellù et al. (2011) entre outros, como a capacidade de dado território (nação ou região), para produzir bens e serviços que satisfazem as necessidades dos mercados internacionais, assegurar as condições económicas do desenvolvimento sustentado e ao mesmo tempo gerar emprego e qualidade de vida aos seus habitantes.

Ao nível territorial a competitividade tem a ver com a capacidade de gerar riqueza, com a eficácia produtiva, com a capacidade de atrair e fixar quadros técnicos, população jovem, e investimento, de criar emprego, ou seja proporcionar qualidade de vida às suas populações com respeito pela qualidade ambiental e paisagística pelo património histórico e cultural. Assim, a nível das nações/regiões, a competitividade passa pela redução de disparidades sociais, económicas e por proporcionar emprego e elevado nível de vida com respeito pelas questões ambientais, culturais e paisagísticas e pelo sistema de valores (Natário, 2004).

A competitividade dos territórios, não depende apenas da sua dotação em recursos tradicionais (capital, trabalho e moeda), depende

da produtividade e fundamentalmente dos recursos intangíveis e intelectuais, nomeadamente do conhecimento. Com efeito, nos últimos anos, alterou-se a importância do conhecimento nas actividades económicas, tornando-se um dos factores de produção em paralelo com o capital e o trabalho, e simultaneamente como output, e como factor de crescimento e de desenvolvimento. Com a ascensão da sociedade de informação e da economia do conhecimento é de capital importância a capacidade de interpretar de forma criativa a informação disponível (codificada e não codificada), convertendo-a rapidamente em conhecimento, saber e aprender, e em saber fazer (acção). É esta capacidade que em última análise é fonte de vantagem competitiva.

Segundo Blakely (1994:53) o desenvolvimento económico regional/local depende de um amplo conjunto de factores incluindo os recursos naturais, o trabalho, o capital, o investimento, o empreendedorismo, o transporte e comunicação, a composição industrial, a tecnologia, o tamanho, o mercado de exportação, a situação económica internacional, a capacidade institucional local, os planos de desenvolvimento e do governo nacional e local. O processo de desenvolvimento regional depende da performance competitiva da cidade ou região e do seu empreendedorismo (Stimson et al., 2005).

Deste modo, as vantagens competitivas de uma região, mesmo que não possua os tradicionais recursos endógenos (capital, recursos naturais e humanos localização estratégica, forte base económica, posição competitiva, infra-estruturas tecnológicas) podem ser adquiridas através de uma forte liderança² e efectiva acção das instituições como catalisadoras e facilitadoras do empreendedorismo, influenciando os recursos endógenos existentes e aumentando a captação de mercados (Stimson et al., 2005:29). Se a região oferecer um conjunto de condições que conduza a uma forte e efectiva liderança das instituições e que encoraje e facilite o empreendedorismo tem maior possibilidade de adquirir vantagens competitivas.

Tendo em conta estas considerações a competitividade dos territórios/regiões não pode aferir-se simplesmente através de um dado indicador, mas através de um vasto leque de variáveis que vão desde a performance económica, social, produtiva, empresarial, financeira, até

² No contexto regional, a liderança significa "a capacidade para criar mecanismos e alianças estáveis e duráveis que promovam a regeneração económica e identifique uma cadeia de skills ao nível micro e de recursos ao nível macro, que possa gerar esta capacidade. (Parkinson, 1990:241).

aos recursos humanos, culturais, motivacionais, sem descurar as infra-estruturas e as questões ambientais e sociais de cada região.

Resumindo, a competitividade territorial (de um país, região ou supra-região) ou empresarial é influenciada por vários factores. Ela depende quer dos recursos pré-existentes (recursos naturais) quer dos que são criados (infra-estruturas) e das tecnologias (indústria), quer ainda dos que são importados e aos quais se acrescenta valor, para os transformar em riqueza económica e satisfazer as exigências do mercado. Os fatores de competitividade vão muito além dos custos dos fatores de produção, tratando-se da intensidade de investigação-desenvolvimento e da sua exploração industrial, da qualidade do ensino e da formação, da saúde nacional e protecção social, da eficácia da organização industrial e da capacidade para melhorar de forma contínua e continuada o processo de produção, da qualidade dos produtos e da integração das consequências das mudanças societárias, tais como a melhoria da protecção do ambiente, da fluidez das condições de funcionamento dos mercados, da disponibilidade de infra-estruturas económicas e sociais, bem como da capacidade de liderança das instituições territorialmente enraizadas para activar, estimular e facilitar dinâmicas de inovação e de empreendedorismo.

3. INDICADORES PARA AVALIAR OS GANHOS DE COMPETITIVIDADE COM A ABERTURA DE FRONTEIRAS

Para avaliar os ganhos de competitividade territorial e sectorial são considerados os seguintes indicadores (em 2 períodos; 1988-1998; 1998-2007):

- Crescimento comparado do PIB e do PIB *per capita*;
- Crescimento comparado da produtividade do trabalho: territorial e sectorial;
- Crescimento comparado da penetração nos mercados externos: territorial e sectorial.

INDICADOR 1: Crescimento comparado do PIB e do PIB *per capita*

Admitimos como hipótese que o crescimento do PIB e do PIB *per capita* constituem um indicador razoável de competitividade da região. Efectivamente, nos vários relatórios de competitividade do WEF, OCDE, Banco Mundial, IMD, AIP, ..., esta variável assume um lugar preponderante, sendo assim também importante para avaliar os ganhos de competitividade na RCI após abertura das fronteiras. Além disso,

segundo a Carta Magna da Competitividade da AIP, o PIB é considerado um importante indicador de *output* e o PIB *per capita*, na pirâmide da competitividade territorial de Mateus et al. (2000), o indicador que mede o nível de vida.

1) Análise Territorial (Regional): Tomando como Referência o País

a) Comparar o crescimento do PIB da região, entre o período 0 e o período t, com a média nacional (Equação 1). Seja:

τ_{r0} e τ_{rt} o PIB da região nos anos 0 e t, respectivamente

τ_{n0} e τ_{nt} o PIB do país nos anos 0 e t, respectivamente

τ_{rt}/τ_{r0} ; τ_{nt}/τ_{n0} - índices de crescimento do PIB;

$$\alpha = \frac{\tau_{rt}}{\tau_{r0}} \bigg/ \frac{\tau_{nt}}{\tau_{n0}} \quad (\text{Equação 1})$$

se $\alpha > 1$ verifica-se um ganho de competitividade regional em comparação com o todo nacional;

se $\alpha < 1$ verifica-se uma perda de competitividade regional em comparação com o todo nacional;

se $\alpha = 1$ mantém-se a competitividade regional em comparação com o todo nacional.

b) Comparar o crescimento do PIB per capita da região, entre o período 0 e período t, com a média nacional (Equação 2). Seja:

ρ_{r0} e ρ_{rt} o valor do PIB per capita da região nos anos 0 e t, respectivamente

ρ_{n0} e ρ_{nt} o valor do PIB per capita do país nos anos 0 e t, respectivamente

ρ_{rt}/ρ_{r0} ; ρ_{nt}/ρ_{n0} - índices de crescimento do PIB per capita;

$$\varphi = \frac{\rho_{rt}}{\rho_{r0}} \bigg/ \frac{\rho_{nt}}{\rho_{n0}} \quad (\text{Equação 2})$$

se $\varphi > 1$ verifica-se um ganho de competitividade regional em comparação com o todo nacional;

se $\varphi < 1$ verifica-se uma perda de competitividade regional em comparação com o todo nacional;

se $\varphi = 1$ mantém-se a competitividade regional em comparação com o todo nacional.

INDICADOR 2: Crescimento comparado da produtividade do trabalho

Neste segundo indicador consideramos que a produtividade influencia a competitividade territorial. Com efeito, segundo Stofaës (1991); Porter (1990); Krugman (1994); Dauderstadt (1990); AIP (2003), DTI (2006), *Commission of the European Communities* (2007), IMD (2007), WEF (2007) entre outros, a competitividade depende sobretudo

da produtividade. Esta é o único factor, na opinião de Porter (1990), que explica de forma sustentável a competitividade das nações. Um território com uma produtividade elevada permite aumentar o nível de vida dos seus cidadãos. É neste contexto que se considera que a produtividade sustenta a competitividade da RCI. Neste sentido, pretende-se comparar o crescimento da produtividade com a média da região, ou, em alternativa com a média de alguns sectores mais significativos. Para este propósito foram consideradas 3 alternativas: tomando como referência o país, a região e o mercado internacional.

1) Análise Territorial (Regional): Tomando como Referencial o País

c) Comparar o crescimento, entre o período 0 e o período t; da produtividade da região com a média nacional (Equação 3). Seja:

πr_0 e πr_t a produtividade da região nos anos 0 e t, respectivamente

πn_0 e πn_t a produtividade do país nos anos 0 e t, respectivamente

$\pi r_t / \pi r_0$; $\pi n_t / \pi n_0$ – índices de crescimento da produtividade

$$\chi = \frac{\pi r_t}{\pi r_0} \bigg/ \frac{\pi n_t}{\pi n_0} \quad (\text{Equação 3})$$

se $\chi > 1$ verifica-se um ganho de competitividade regional em comparação com o todo nacional;

se $\chi < 1$ verifica-se uma perda de competitividade regional em comparação com o todo nacional;

se $\chi = 1$ mantém-se a competitividade regional em comparação com o todo nacional.

d) Aplicando o mesmo raciocínio para cada sector, isto é, comparar o crescimento da produtividade do sector na região, entre o período 0 e o período t, com a média nacional no mesmo sector (Equação 4). Seja:

$\pi i r_0$ e $\pi i r_t$ a produtividade na região e no sector i, nos anos 0 e t, respectivamente

$\pi i n_0$ e $\pi i n_t$ a produtividade no país e no sector i, nos anos 0 e t, respectivamente

e $\pi i r_t / \pi i r_0$; $\pi i n_t / \pi i n_0$ – índices de crescimento da produtividade

$$\xi_i = \frac{\pi i r_t}{\pi i r_0} \bigg/ \frac{\pi i n_t}{\pi i n_0} \quad (\text{Equação 4})$$

se $\xi_i > 1$ o sector na região ganha competitividade em comparação com a média nacional no mesmo sector;

se $\xi_i < 1$ o sector na região perde competitividade em comparação com a média nacional no mesmo sector;

se $\xi_j=1$ o sector na região mantém a competitividade em comparação com a média nacional no mesmo sector.

2) *Análise Sectorial: Tomando como Referência a Própria Região*

e) Comparar o crescimento da produtividade de um determinado sector k , entre o período 0 e o período t , com a média dos sectores (Equação 5). Seja:

π_0 e π_t a média da produtividade dos sectores no ano 0 e no ano t , respectivamente

π_{k0} a produtividade média no ano 0 e no sector k

π_{kt} a produtividade média no ano t e no sector k

$$\delta_i = \frac{\pi_{kt} - \pi_{k0}}{\sum_{i=1}^n \frac{\pi_{it}}{n} - \sum_{i=1}^n \frac{\pi_{i0}}{n}} \quad (\text{Equação 5})$$

se $\delta_i > 1$ o sector k ganhou competitividade em relação à média dos sectores;

se $\delta_i < 1$ o sector k perde competitividade em relação à média dos sectores;

se $\delta_i = 1$ o sector k mantém a competitividade em relação à média dos sectores.

3) *Análise Territorial (Internacional): Tomando como Referência o Mercado Internacional (ex: U.E.)*

f) Comparar o crescimento, entre o período 0 e t , da produtividade da região com a média da U.E (Equação 6). Considerando:

λ_{r0} e λ_{rt} a produtividade média da região nos anos 0 e t , respectivamente

λ_{ue0} e λ_{uet} a produtividade média da U.E. nos anos 0 e t , respectivamente

$$\gamma = \frac{\frac{\lambda_{rt}}{\lambda_{r0}}}{\frac{\lambda_{uet}}{\lambda_{ue0}}} \quad (\text{Equação 6})$$

se $\gamma > 1$ verifica-se ganho de competitividade regional em comparação com a U.E.;

se $\gamma < 1$ verifica-se perda de competitividade regional em comparação com a U.E.;

se $\gamma = 1$ mantém-se a competitividade regional em comparação com a U.E..

g) Por sector: Comparar o crescimento da produtividade do sector na região, entre o período 0 e t , com a média da U.E. (Equação 7).

$$\gamma_i = \frac{\frac{\lambda ir_t}{\lambda ir_0}}{\frac{\lambda ieu_t}{\lambda ieu_0}} \quad (\text{Equação 7})$$

se $\gamma_i > 1$ o sector na região ganha competitividade em comparação com a média da U.E. no mesmo sector;

se $\gamma_i < 1$ o sector na região perde competitividade em comparação com a média da U.E. no mesmo sector;

se $\gamma_i = 1$ o sector na região mantém a competitividade em comparação com a média da U.E. no mesmo sector.

INDICADOR 3: Crescimento comparado da penetração em mercados externos

Com este indicador sustentamos que a penetração das exportações nos mercados externos (exportações/importações e exportações/VAB) permitem a avaliação de ganhos em termos de competitividade. Num mundo cada vez mais globalizado e com a abolição de fronteiras, um incremento das exportações superior às importações, mostra a capacidade da região para penetrar e prevalecer em mercados externos sem ser à custa das importações e releva-se num ganho competitivo para a região. Além disso, vários são os estudos que utilizam este indicador para avaliar a competitividade territorial, destacam-se o WEF, OCDE e *World Bank* nos seus vários relatórios anuais, USAID (2002), DTI (1998, 1999), Siggel (2006), Mateus (2008). O mesmo raciocínio aplicado aos sectores permite analisar em cada região se os sectores verificaram um ganho de competitividade com a abertura de fronteiras. Neste sentido, utilizam-se duas alternativas: tomando como referencial o país e tomando como referência a região.

1) Análise Territorial (Regional): Tomando como Referencial o País

h) Comparar, entre o período 0 e o período t, a penetração nos mercados externos das exportações líquidas de importações, da região com a média nacional (Equação 8)

Considerando:

$Er_0/Mr_0 = er_0$ (Er_0 =Exportações; Mr_0 - Importações; da região, ano 0)

$Ert/Mrt = ert$ (Ert =Exportações; Mrt - Importações; da região, ano t)

$En_0/Mn_0 = en_0$ (En_0 =Exportações; Mn_0 - Importações, do País, ano 0)

$Ent/Mnt = ent$ (Ent =Exportações; Mnt - Importações, do País, ano t)

$$\mu = \frac{\frac{er_t}{er_0}}{\frac{en_t}{en_0}} \quad (\text{Equação 8})$$

se $\mu > 1$ a região ganhou competitividade em relação à média nacional;
se $\mu < 1$ a região perdeu competitividade em relação à média nacional;
se $\mu = 1$ a região mantém a competitividade em relação à média nacional.

i) Comparar, entre o período 0 e o período t, a penetração nos mercados externos das exportações relativamente às vendas (ou em alternativa sobre o VABpm) da região, com a média nacional (Equação 9). Considerando:

$evr_0 = Er_0/Xr_0$ (E-Exportações; X-Vendas Totais; da região para o ano 0)

$evr_t = Er_t/Xr_t$ (E -Exportações; X-Vendas Totais; da região para o ano t)

$evn_0 = En_0/Xn_0$ (E-Exportações; X-Vendas Totais; do País para o ano t)

$ev_{kt} = E_{kt}/X_{kt}$ (E -Exportações; X-Vendas Totais; para o sector k e ano t)

e evr_t / evr_0 ; ev_{kt} / evn_0 – índices de crescimento

$$\mu_v = \frac{\frac{evr_t}{evr_0}}{\frac{evn_t}{evn_0}} \quad (\text{Equação 9})$$

se $\mu_v > 1$ a região ganhou competitividade em relação à média nacional;
se $\mu_v < 1$ a região perdeu competitividade em relação à média nacional;
se $\mu_v = 1$ a região mantém a competitividade em relação à média nacional.

2) Análise Sectorial: Tomando como Referência a Própria Região

Aplicando um raciocínio análogo para cada sector, isto é, comparar a penetração dos sectores da região nos mercados externos (em termos de Exportações líquidas de importações por VAB e de exportações por vendas (volume de negócios)) com a média nacional no mesmo sector temos a hipótese j) e k).

j) Comparar a penetração dos sectores da região nos mercados externos (Exportações líquidas de importações em relação ao VABpm) com a média nacional no mesmo sector (Equação 10). Considerando:

$evabr_{i0} = EMr_{i0}/VABr_{i0}$ (EM=Exportações- Importações; VAB- VABpm; para o sector i e ano 0, na região r)

$evabr_{it} = EMr_{it}/VABr_{it}$ (EM=Exportações- Importações; VAB-VABpm; para o sector i e ano t, na região r)

$evabn_{it} = EMn_{i0}/VABn_{i0}$ (EM=Exportações- Importações; VAB-VABpm; para o sector i e ano 0, no país)

$evabn_{it} = EMn_{it}/VABn_{it}$ (EM=Exportações- Importações; VAB-VABpm; para o sector i e ano t, no país)

$$\mu_{vab}_i = \frac{\frac{evabr_{it}}{evabr_{i0}}}{\frac{evabn_{it}}{evabn_{i0}}} \quad (\text{Equação 10})$$

se $\mu_{vab}_i > 1$ o sector i na região ganhou competitividade em relação à média nacional no mesmo sector;
 se $\mu_{vab}_i < 1$ o sector i na região perdeu competitividade em relação à média nacional no mesmo sector;
 se $\mu_{vab}_i = 1$ o sector i na região mantém a competitividade em relação à média nacional no mesmo sector.

k) Comparar a penetração dos sectores da região nos mercados externos (em termos de Exportações por Vendas (volume de negócios)) com a média nacional no mesmo sector (Equação 11). Considerando:

$Er_{i0}/Xr_{i0} = er_{i0}$ (E - Exportações; X- Vendas Totais; para o sector i e ano 0, na região r)

$Er_{it}/Xr_{it} = er_{it}$ (E - Exportações; X- Vendas Totais; para o sector i e ano t, na região r)

$En_{i0}/Xn_{i0} = en_{i0}$ (E - Exportações; X- Vendas Totais; para o sector i e ano 0, no país)

$En_{it}/Xn_{it} = en_{it}$ (E - Exportações; X- Vendas Totais; para o sector i e ano t, no país)

$$\mu_i = \frac{\frac{er_{it}}{er_{i0}}}{\frac{en_{it}}{en_{i0}}} \quad (\text{Equação 11})$$

se $\mu_i > 1$ o sector i na região ganhou competitividade em relação à média nacional no mesmo sector;
 se $\mu_i < 1$ o sector i na região perdeu competitividade em relação à média nacional no mesmo sector;
 se $\mu_i = 1$ o sector i na região mantém a competitividade em relação à média nacional no mesmo sector.

4. METODOLOGIA E RESULTADOS DA ANÁLISE AOS GANHOS DE COMPETITIVIDADE NA RCI

Com as mutações económicas, sociais e tecnológicas, com a crescente interdependência das economias resultado do processo de integração em União Europeia, o papel tradicional da fronteira foi alterado assistindo-se à redução dos disfuncionamentos por ela

causados e à evolução da gestão harmoniosa dos espaços transfronteiriços. A criação do Mercado Único e a consolidação do processo de integração em União Europeia, levou à abolição das fronteiras dos Estados Membros que funcionavam como entrave à livre circulação de pessoas, bens e serviços, e capital dentro da União Europeia. Pretendia-se, assim, promover o desenvolvimento das relações com os países vizinhos, reforçar a posição das regiões e consequentemente fomentar a competitividade.

Neste contexto, em que se aboliram as fronteiras legais, entre Portugal e Espanha, e se pretendia o incremento das relações e da cooperação entre regiões de fronteira (transfronteiriça), ter-se-á desencadeado uma nova dinâmica com convergência das regiões e melhorado a competitividade da Raia Central Ibérica? Ou pelo contrário, a permanência dos restantes níveis, dificultaram a cooperação entre as duas regiões de fronteira, a obtenção de ganhos de escala, a troca de experiências e de saber-fazer, o desenvolvimento económico, científico e tecnológico conjuntos e, por conseguinte, dificultaram a melhoria da inovação e da competitividade destas regiões. Na verdade, estas regiões durante anos foram marginalizadas pelos respectivos governos centrais, colocando-as em situação desfavorável relativamente aos seus respectivos países.

Tendo em conta estas observações, o desejado processo de convergência das regiões no âmbito da U.E. e o quadro teórico, relativamente à competitividade, pretende-se analisar se a abertura das fronteiras trouxe ganhos de competitividade, nas sub-regiões da Raia Central Ibérica (RCI)³ (Raia Central Portuguesa (CRP), constituída pela Beira Interior Norte (BIN), Beira Interior Sul (BIS) e Cova da Beira (CB) e Raia Central Espanhola (RCE) constituída pelas províncias de Salamanca e Cáceres). Decorrente desta hipótese podemos estudar quais as regiões e os sectores da RCI que ganharam/perderam competitividade com a abertura das fronteiras.

Os períodos de análise são de 1988-1998; 1998- 2007 e ainda um período mais alargado de 1988-2007, de acordo com os resultados mais recentes publicados em Portugal, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). A análise sectorial reporta-se

³ Esta engloba, no âmbito do INTERREG II, as NUTS III Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira da Região Centro Portuguesa e a totalidade dos territórios das províncias espanholas de Salamanca e de Cáceres situadas, respectivamente, nas Comunidades Autónomas de Castilla y León e da Extremadura.

essencialmente aos três sectores mais agregados: sector I (agricultura, produção animal, caça e silvicultura), sector II, (indústrias (incluindo energia) e construção), e sector III (serviços). O estudo sectorial e de penetração do comércio externo apenas foi possível considerar o período de 1995-1998 e de 1998-2007, dada a dificuldade para obter valores para outros períodos anteriores. A principal fonte de dados foram os Institutos Nacionais de Estatística de Portugal e Espanha.

Saliente-se que a utilização desta abordagem permite apenas avaliar se houve ou não ganhos de competitividade, em cada região relativamente ao seu país, e não saber qual das cinco regiões é mais competitiva. Possibilita estudar quais as regiões e quais os sectores que obtiveram ganhos de competitividade com a abertura de fronteiras. A aplicação das variáveis nas regiões (NUTS III e Províncias) é sempre reportada relativamente ao país em que estão inseridas, uma vez que estamos a estudar dois grupos de regiões com realidades socio-económicas diferentes nomeadamente em termos populacionais, em termos de área geográfica, em termos de inflação, etc.

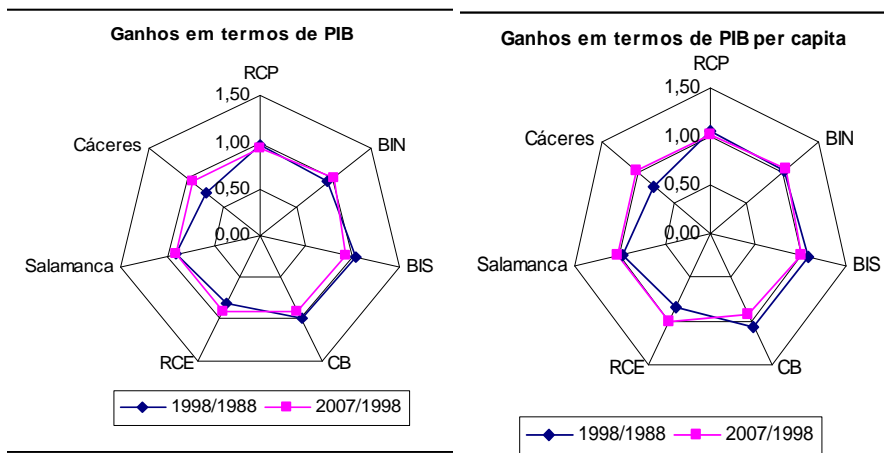
Resultados

INDICADOR 1: Crescimento comparado do PIB e do PIB per capita⁴

Da observação dos resultados do Indicador 1 (gráfico 1, mapa 1), na análise *per capita*, alínea b), poderíamos ser levados a concluir que se verificaram ganhos de competitividade relativamente à média nacional na RCP em todas as sub-regiões (excepto na CB no período de 1998-2007) e perdas de competitividade nas sub-regiões espanholas. Todavia, não podemos esquecer que este indicador foi fortemente influenciado pela taxa de crescimento da população, que de 1988 para 2007, foi negativa na RCP, BIN e BIS (mapa 1).

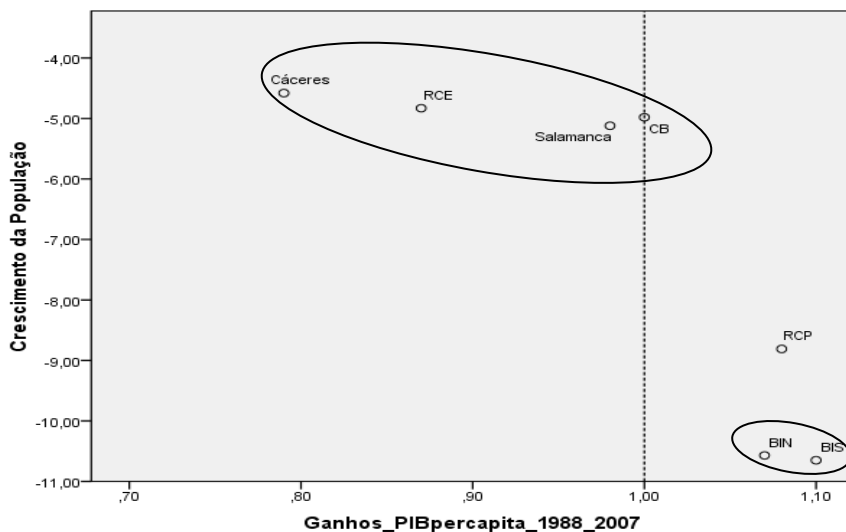
⁴ A Fonte das tabelas, figuras ou gráficos apresentados que de ora avante apareçam sem qualquer referência ao tipo de fonte são elaboração própria.

Gráfico 1: Ganhos/Perdas de Competitividade da RCI comparativamente à Média Nacional, em termos do PIB(a) e do PIB Per Capita (b)



Por conseguinte, ter-se-ão realizado estes ganhos de competitividade em termos de PIB per capita à custa do decréscimo da população? Efetivamente, em termos de PIB global, conclui-se da alínea a) quer a RCP, quer a RCE perderam competitividade com a abertura de fronteiras em relação à média da respectiva nação. Este resultado verifica-se quer no período de 1988-1998 e 1998-2007 quer considerando o período mais longo de 1988 a 2007. A sub-região BIS foi a única sub-região em estudo que verificou, entre 1988-1998, um ganho de competitividade em termos de PIB em relação ao seu país.

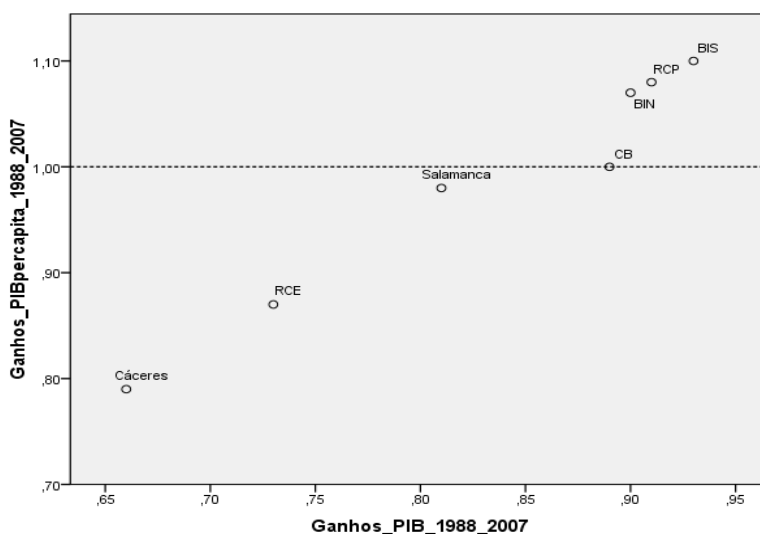
Mapa 1: Crescimento da População e Ganhos de Competitividade: Trajectórias de Competitividade



No período 1988-2007, a BIS e BIN distancia-se das restantes regiões por apresentar os melhores resultados em termos de ganhos de competitividade mas com perda de população bastante elevada e a CB distancia-se das restantes regiões convergindo para a média nacional em termos de ganhos de competitividade (mapa 1).

O mapa 2, continua a evidenciar no período de 1988-2007, a coexistência no território de fronteira de duas situações distintas e de diferentes dinâmicas dos territórios em termos de competitividade. Uma situação agrupa os territórios com ganhos de competitividade em termos de PIB per capita (BIS, BIN e CB) mas com perdas de competitividade em termos de PIB e outra situação composta pelos territórios que conjugam perdas de competitividade tanto em termos de PIB como do PIB *per capita* (Salamanca e Cáceres).

Mapa 2: Trajectórias de Competitividade da RCI: PIB e do PIB per Capita



INDICADOR 2: Crescimento comparado da Produtividade do Trabalho

Segundo o Estudo da Competitividade da Bulgária, preparado pelo USAID (2002, p.1), a competitividade é definida como acréscimos sustentados da produtividade, donde resultam melhorias de salários e do nível de vida para os seus cidadãos. *A produtividade, o emprego e o nível de vida são interdependentes* (DGDR, 2000, p.38). Uma produtividade elevada permite melhorar o nível de vida dos cidadãos, uma vez que a conseqüente criação de riqueza vai poder beneficiar mais população em geral. No entanto, o aumento da produtividade, não tem que ser necessariamente feito à custa da diminuição do emprego, mas pode ser o resultado da utilização de novas tecnologias, da melhoria da qualificação dos recursos humanos. Quando a produtividade e o emprego aumentam simultaneamente estão reunidas as condições para se conseguir um aumento de competitividade.

Assim, com base nos resultados do **Indicador 2**, alínea c) podemos constatar que, em termos de produtividade, se verificaram ganhos de competitividade comparativamente ao todo nacional, de 1988-1998, em todas as regiões excepto na Província de Cáceres. Este aumento de produtividade foi acompanhado pelo decréscimo da taxa de emprego, excepto Salamanca que regista simultaneamente crescimento da produtividade e aumento do emprego (ver tabela 1).

Tabela 1: Comparar o Crescimento da Produtividade da Região com a Média Nacional

	Ganhos em termos de Produtividade c)			Taxa de crescimento do Emprego		
	1998/1988	2007/1998	2007/1988	1998/1988	2007/1998	2007/1988
Raia Central Portuguesa	1,08	0,88	0,94	-1,65	16,17	14,24
Beira Interior Norte	1,07	0,87	0,94	-6,75	20,96	12,80
Beira Interior Sul	1,13	0,81	0,92	-1,79	20,52	18,37
Cova da Beira	1,02	0,91	0,94	5,48	6,55	12,38
Raia Central Espanhola	0,99	1,06	1,06	0,41	23,02	23,53
Salamanca	1,14	1,03	1,17	-1,31	26,37	24,72
Cáceres	0,88	1,10	0,97	1,98	20,08	22,45

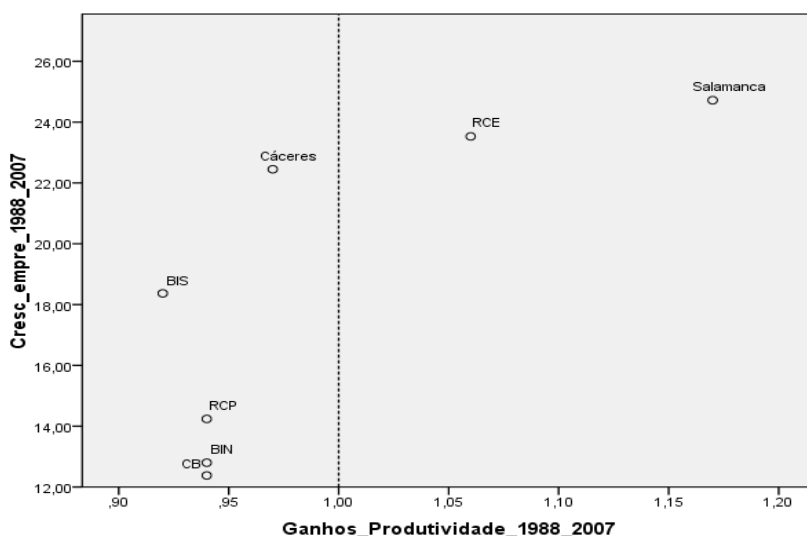
A BIN foi a sub-região com maior decréscimo na taxa de emprego, resultado em parte da menor emigração neste período. Todavia, no período de 1998-2007 e no período mais alargado de 1988-2007, apenas a província de Salamanca regista ganhos de competitividade em termos de produtividade. As restantes sub-regiões de fronteira em estudo perderam competitividade comparativamente à média nacional.

Podemos então realçar duas dinâmicas territoriais diferentes (mapa 3), analisando a produtividade e o emprego. Uma dinâmica agrupa os territórios com ganhos de competitividade em termos de produtividade e com crescimento do emprego (apenas a província de Salamanca) o que significa que esta é a NUT que reúne as melhores condições para conseguir um aumento sustentado de competitividade e de bem-estar. Este aumento da produtividade poderá então ser o resultado de uma eficiente aplicação dos factores, com utilização de novas tecnologias e melhoria da qualidade dos recursos humanos. A outra situação composta pelos territórios que conjugam perdas de competitividade em termos de produtividade mas com crescimento de emprego (BIN, BIS, CB e Cáceres).

Em termos sectoriais, de 1995-2007 (tabela 2), de acordo com os resultados obtidas na alínea d) verifica-se uma perda de competitividade em comparação com a média nacional no Sector I, na RCP (BIN, BIS e CB), que associado à diminuição do emprego neste sector poderá ser o resultado da utilização de maquinaria obsoleta, de baixa inovação e baixa aposta na formação dos recursos humanos e numa menor eficiência dos trabalhadores deste sector, resultado do envelhecimento da população ao serviço e do abandono das camadas mais jovens. Na RCE, pelo contrário, verifica-se um ganho de competitividade neste sector relativamente à respectiva média nacional,

que resulta, em parte, da elevada redução na taxa de crescimento do emprego, em particular Salamanca, com aposta em novas tecnologias, em novas espécies de sementes, etc.

Mapa 3: Trajetórias de Competitividade: Produtividade e Emprego

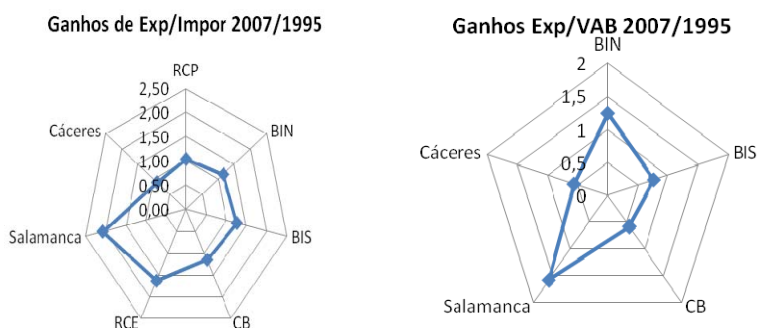


No sector II, constata-se que na RCP, apenas a BIS apresenta uma perda de competitividade comparativamente à média nacional. Na RCE a perda de competitividade relativamente à média espanhola regista-se na Província de Salamanca. O Sector III, não perde competitividade face à média nacional na RCP e em particular nas três NUTS III (BIN, CB e BIS). Na RCE, relativamente ao sector III, verifica-se um ganho de competitividade relativamente ao resto de Espanha e Salamanca vê deteriorar-se a sua situação relativamente ao resto do seu País, neste sector.

Quando comparamos, dentro de cada região o crescimento da produtividade dos sectores relativamente a todos os sectores, alínea e), constatamos que o SI perdeu competitividade relativamente aos restantes sectores na RCP e nas suas NUTS III, enquanto na RCE e nas províncias em estudo notamos uma situação inversa, tendo registado um ganho de competitividade do SI em detrimento dos outros sectores.

Tabela 2: Comparar o Crescimento da Produtividade dos Sectores na Região

	1995-2007					
	d) ⁵			e) ⁶		
	SI	SII	SIII	SI	SII	SIII
Portugal				-0,17	1,08	2,09
Raia Central Portuguesa	0,32	1,04	1,16	-0,77	1,09	2,67
Beira Interior Norte	0,30	1,12	1,17	-0,57	1,17	2,40
Beira Interior Sul	0,34	0,97	1,17	-1,01	1,20	2,81
Cova da Beira	0,32	1,03	1,16	-0,89	0,99	2,90
Espanha				0,85	1,14	1,01
Raia Central Espanhola	1,41	1,10	1,13	1,14	0,97	0,89
Salamanca	1,25	0,95	0,98	1,22	0,89	0,88
Cáceres	1,18	1,04	1,19	1,00	0,93	1,07

INDICADOR 3: Comparar a penetração em Mercados Externos
Gráfico 2: Comparar a Penetração nos Mercados Externos da Região com a Média Nacional


Considerando agora o **Indicador 3** relativo à penetração nos mercados externos, tomando como referencial o próprio país (exportações líquidas de importações e exportações em termos de VAB) podemos constatar que em termos de penetração nos mercados externos do período de 1995- 2007, a província de Cáceres perdeu competitividade relativamente à média nacional (em termos de

⁵ d) Comparar a produtividade do sector na região com a média nacional no mesmo sector.

⁶ e) Comparar o crescimento da produtividade do sector com a média dos sectores.

exportações líquidas de importações) e apenas a BIN e a província de Salamanca obtiveram ganhos relativamente à média nacional (em termos de exportações sobre o VAB), melhorando a penetração nos mercados externos em termos de exportações em percentagem das VAB (gráfico 2).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num contexto de crescente globalização e internacionalização dos territórios e com o alargamento da U.E., coexistem realidades supranacionais e regionais e as regiões para sobreviverem tem de enfrentar a competitividade internacional, mas também a supranacional, a nacional e regional. Neste cenário é exigido às regiões, em particular as regiões de fronteira, um esforço paralelo ao exigido ao nível nacional. A região é competitiva se, exposta à concorrência (internacional, nacional e regional), tem capacidade de gerar rendimentos de factores, riqueza, com eficiência económica, produtiva, social, empresarial e financeira, atrair e fixar quadros técnicos, população jovem e investimento, de criar emprego e de garantir às suas populações um nível de bem-estar de qualidade, respeitando a qualidade ambiental, paisagística, histórica, patrimonial, cultural e da natureza.

Relativamente às regiões de fronteira de Portugal e Espanha, em particular as sub-regiões da Raia Central Ibérica, constatámos foi que a abertura de fronteiras legais, não desencadeou uma nova dinâmica, com obtenção de ganhos de escala e ganhos de competitividade. Com efeito, em termos gerais verificámos que, nos últimos 20 anos, quer na RCP quer na RCE, não se verificaram ganhos de competitividade com a abertura de fronteiras em termos de PIB, de produtividade e da penetração nos mercados externos. Todavia, verificámos excepções em algumas sub-regiões da RCI. A província de Salamanca verificou um ganho de competitividade, em relação à média nacional, com a abertura de fronteiras em termos de produtividade e em termos de penetração nos mercados externos. Relativamente à penetração nos mercados externos também a BIN viu melhorar a sua situação (1995-2007), em termos de exportações em percentagem do VAB. As NUTs III BIN, BIS e CB obtiveram ganhos de competitividade em termos de PIB per capita, em grande parte devido ao forte decréscimo da população registado nestas sub-regiões.

A análise sectorial permite concluir que, em termos de produtividade, o SI perdeu competitividade, comparativamente à média

nacional, nas NUTS III da RCP, por oposição às províncias da RCE que viram a sua situação melhorar. Saliente-se, ainda, que também foi o sector I que perdeu relativamente aos SII e SIII, excepto na província de Cáceres.

Face a estes resultados pouco animadores, é fundamental a obtenção de acréscimos significativos na produtividade nas várias sub-regiões da RCI. Neste sentido, e seguindo também algumas ideias da AIP (2003), as empresas nas suas estratégias devem dar prioridade a acções em matéria de organização, investimento corpóreo e incorpóreo, apostando nas novas tecnologias, TIC's e na formação contínua dos trabalhadores, desenvolvimento tecnológico e antecipação das inovações, no sentido da obtenção de ganhos de produtividade. Simultaneamente, as políticas públicas devem orientar as medidas de apoio e incentivo para o mesmo objectivo, nomeadamente no que respeita à melhoria da qualificação de recursos humanos, a um melhor enquadramento da actividade empresarial, fiscalidade, justiça.

Além disso, é fundamental melhorar a internacionalização e penetração nos mercados externos, dela depende a competitividade das empresas e dos territórios. Este objectivo pode ser atingido através da melhor coordenação de actividades, de forma a retirar as oportunidades e os melhores recursos onde eles estiverem, através de incentivos fiscais (por exemplo em termos de IVA) e redução de dificuldades (em termos burocráticos) às empresas exportadoras; através da promoção de imagem de marca no estrangeiro, da melhoria da qualidade dos produtos destas regiões e mesmo da alteração dos processos de mentalização: de que podemos viver isolados e que este mercado reduzido é suficiente para sobreviver. Há que passar da sobrevivência à vivência para poder continuar no mercado cada vez mais global.

Face a estas considerações, a competitividade destas regiões de fronteira, passa pela aposta na produtividade, com melhoria do nível de bem-estar em termos de PIB per capita e da produtividade mas com aumento do nível de emprego, pela maior participação no comércio internacional aumentando as exportações, não pelo baixo custo mas pela qualidade e pela diferença o que requer do sector empresarial um forte empenho em termos de inovação e de qualificação do pessoal ao serviço, mas sempre preservando o ambiente. A aposta no turismo é sem dúvida uma porfia. A eficiência dos dinheiros públicos em termos de investimentos, a eficiência do sector financeiro, a melhoria das infra-estruturas e do sector da saúde, são sem dúvida o desafio do sistema de governância, local e nacional, para estas regiões não verem diminuir ainda mais o nível de vida das suas populações.

BIBLIOGRAFIA

- AIP - Associação Industrial Portuguesa (2003); *A Carta Magna da Competitividade*. CD-ROM.
- AIP- Associação Industrial Portuguesa (2006-2007); *A Carta Magna da Competitividade*. Relatório da Competitividade.
- AIP- Associação Industrial Portuguesa (2007-2008); *A Carta Magna da Competitividade*. Relatório da Competitividade.
- AIP- Associação Industrial Portuguesa (2008-2009); *A Carta Magna da Competitividade*. Relatório da Competitividade.
- AIP- Associação Industrial Portuguesa (2009-2010); *A Carta Magna da Competitividade*. Relatório da Competitividade.
- AIP- Associação Industrial Portuguesa (2010-2011); *A Carta Magna da Competitividade*. Relatório da Competitividade.
- Annoni, P. ; Kozovska, K. (2010); *EU Regional Competitiveness Index*. EC, JRC – IPSC.
- Bellù, L.; Cistulli, V.; Marta, S.; Timpano, F. (2011); *Assessing Regional Competitiveness: Analysis of Stock Indicators and Flows Variables*. Paper presented in 51st ERSa 2011 Congress (European Regional Science Association Congress) subordinado ao tema: New Challenges for European Regions and Urban Areas in a Globalized World, realizado em Barcelona, Spain de 30th August-3rd September 2011.
- Blakely, E.J. (1994); *Planning Local Economic Development: Theory and Practice*. Stage Publications. Thousand Oaks, Ca.
- Comissão das Comunidades Europeias (1993); *Crescimento, Competitividade, Emprego: Os Desafios e as Pistas para Entrar no Século XXI: "Livre Branco"*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Dauderstadt, M. (1990); *Concorrência Internacional e "Welfare State": O Caso de Portugal*, Desenvolvimento, Lisboa.
- DGDR- Direcção Geral do Desenvolvimento Regional (2000); *As Infra-estruturas Produtivas e os factores de Competitividade das Regiões e Cidades Portuguesas*, DGDR, Lisboa.
- Dionízio, V. (coord.) (2000); *As Infra-estruturas Produtivas e os Factores de Competitividade das Regiões e Cidades Portuguesas*, Direcção Geral do Desenvolvimento Regional, Lisboa.
- DTI- Department of Trade and Industry (1998); *The Competitiveness White Paper- Our Competitive Future – Building The Knowledge Driven Economy*. www.dti.gov.uk/comp/competitive.
- DTI- Department of Trade and Industry (1999); *Our Competitive Future: UK Competitiveness Indicators 1999*, DTI, London.
- DTI- Department of Trade and Industry (2006); *UK Productivity and Competitiveness Indicators 2006*, DTI, London.
- Ferreira, J. M. S. (2007); *Competitividade e Coesão Regional na União Europeia*. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana – Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Forum para a Competitividade (1995); *A Competitividade da Economia Portuguesa*. Julho. FORUM PARA A COMPETITIVIDADE, Lisboa.
- IMD- International Institute for Management Development (2007); *World Competitiveness Yearbook 2007*, IMD, Lausanne.
- Jacquemin, A.; Pench, L.R. (eds.) (1997); *Europe Competing in the Global Economy*. Reports of the Competitiveness Advisory Group. Edward Elgar. Cheltenham, UK.
- Krugman, P. (1994); Competitiveness: A Dangerous Obsession. *Foreign Affairs*. Mars-April. Vol.73, Nº 2, Issue: March/April, 28-44.

- Leitão, J.; Ferreira, J.; Azevedo, S. (Eds.) (2008); *Dimensões Competitivas de Portugal: Contributos dos Territórios, Sectores, Empresas e Logística*. Centro Atlântico, Vila Nova de Famalicão.
- Lopes, R. (2001); *Competitividade, Inovação e Territórios*. Celta Editora, Oeiras.
- Mateus, A. (2008); *Competitividade Territorial e Coesão Económica e Social*. Estudo estratégico de avaliação da competitividade e coesão das regiões portuguesas. Estudo estratégico de avaliação da competitividade e coesão das regiões portuguesas no contexto dos QCA I, II e III e da preparação do QREN. Observatório do QCA / DGDR, CIRIUS, Geoidea, CEPREDE.
- Mateus, A.(coord) (2005); *Os Objectivos da Competitividade e da Coesão: as grandes questões conceptuais e metodológicas*. Relatório metodológico sobre a competitividade territorial e a coesão económica e social, Ciriús, Lisboa.
- Mateus, A.; Brandão de Brito, J.; Martins, V. (1995); *Portugal XXI: Cenários de Desenvolvimento*. Bertrand, Lisboa.
- Mateus, A.; Madruga, P.; Rodrigues, D.(2000); Pirâmide de Competitividade Territorial da Regiões Portuguesas. *Revista de Estudos Regionais*. 2º semestre. 47-78.
- Natário, M.M.S. (2004); *Inovação, Competitividade e Demografia Empresarial: O caso da Raia Central Ibérica*. Dissertação de Doutoramento em Economia, apresentada à Universidade de Évora, Évora.
- OCDE (1996); *Industrial Competitiveness*. Paris, www.oecd.org.
- OCDE (1997a); *Regional Competitiveness and Skills*. OCDE. www.oecd.org.
- OCDE (1997b); *Industrial Competitiveness in the Knowledge –Based Economy: The New Role of Governments*. OECD Proceedings.
- Parkinson, M. (1990); Leadership and Regeneration in Liverpool: Confusion, confrontation, or coalition? In *Leadership and urban regeneration, edited by D. Judd and M. Parkinson*, 241-257. Sage. Newbury Park, CA
- Porter, M.E. (1990); *The Competitive Advantage of Nations*. Free Press. New Work.
- Porter, M.E. (1994); *Construir as Vantagens Competitivas de Portugal*. Relatório da Monitor Company. Ed. Forum da Competitividade. Lisboa.
- Porter, M.E. (1998); *The Competitive Advantage of Nations: with a new introduction by the author*. 2st Edition, Macmillan Business. London.
- Rodrigues, M.J. (1994); *Competitividade e Recursos Humanos: Dilemas de Portugal na Construção Europeia*. 2ª Edição. D. Quixote. Lisboa.
- Siggel, E. (2006); International Competitiveness and Comparative Advantage: A Survey and a Proposal for Measurement, *Journal of Industry, Competition and Trade*, 6, 137-159.
- Simões, V.C.; Nunes, E.; Branco, M.A.; Nevado, P.; Biscaya, R. (2002); *Investimento, produtividade, competitividade e emprego: evolução sectorial*. Estudos e Análises 31, Observatório do Emprego e Formação Profissional, Lisboa.
- Stimson, Robert J., Stugh, Roger R.; Salazar María (2005); Leadership an institutional factors in endogenous regional economic development. *Investigaciones Regionales*. 7, 23-52.
- Stoffaês, C. (1991); *Crise da Economia Mundial*, Publicações Dom Quixote, Lisboa.
- USAID (2002); *Bulgaria Competitiveness Exercise*. Final Report. March. www.competitiveness.bg/JAARReport.rtf.
- Wilson, J. (2008); Territorial competitiveness and development policy, Orkestra, Basque Institute of Competitiveness, Basque Country, Spain.

Sites consultados:
www.imd.ch/wcy/
www.weforum.org/